

THE ROAD TO HELL IS PAVED WITH GOOD INTENTIONS

por Samuel Costa Filho*

No livro “A retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça”, o cientista político e social Albert O. Hirschman (1992) apresenta os principais argumentos que os neoconservadores usam para criticar, atacar e ridicularizar a ação de mudança rumo ao progresso ou na defesa do interesse social. Entretanto, Hirschman também salienta que essa retórica utilizada não é propriedade exclusiva dos reacionários.

Conforme Hirschman, a “retórica da intransigência” é o discurso “reacionário” contra alguma nova política, proposta ou argumento em favor de uma ação, objetivando melhorias econômicas, políticas ou sociais. Essa retórica de contrainvestida conservadora é utilizada na forma de três teses: a tese da perversidade, a tese da futilidade e a tese da ameaça.

Na “tese da perversidade”, os conservadores argumentam que a ação proposta para melhorar a situação pretendida serve muito mais para exacerbar essa situação do que para remediá-la. Na “tese da futilidade”, esses neoconservadores sustentam que essa tentativa de mudança social será infrutífera e nem sequer “deixará marca”. E, na “tese da ameaça”, eles, mais radicais, afirmam que essa mudança trará um custo tão alto que coloca em perigo até as relevantes e preciosas realizações anteriores.

Como percebemos ao ler as revistas semanais, é bastante comum encontrar frases de efeito, pronunciadas por alguém “famoso”, que são utilizadas para exemplificar alguma situação ou difundir ideias e valores burgueses e conservadores que devem ser incutidas na mente da grande maioria da população como as únicas verdadeiras.

Seguindo procedimento encontrado nos semanários, uma frase de efeito que pode significar e popularizar toda essa retórica da intransigência neoconservadora é a popular frase: *the road to hell is paved with good intentions*.

“O inferno está cheio de boas intenções” parece ter sido pronunciada pela primeira vez há dez séculos, pelo teólogo francês São Bernardo, nascido em 1090 e falecido em 1153. Esse ditado popular tem sido repetido, desde então, pelos

conservadores ou por quem se opõe e não aceita ações de mudança, porque não quer aceitar essa novidade e nem assumir o ônus dos programas sociais ou de qualquer outro tipo de política na linha do bem-estar social.

Usualmente, “o inferno está cheio de boas intenções” é uma frase que sempre é brandida e bradada pelos conservadores e que se tornou proverbial nas suas críticas e denúncias contra reformas que mexem nos seus interesses ou reduzem os seus benefícios. Na defesa de seus privilégios, os “*neocori*” procuram passar a ideia de que as medidas que objetivam melhorias e possuem boas intenções, além de não serem medidas suficientes, também representam medidas que sempre levam a fins contrários aos pretendidos. Assim, nas ciências econômicas o discurso dos arrogantes da ortodoxia neoliberal não é diferente, sempre desqualifica toda proposta contrária às suas recomendações.

A política econômica que levou à atual crise do capitalismo esteve sob dominância dos conservadores e de seus aliados, o neoliberalismo, que, na atualidade, mais que nunca, afirma que a verdadeira Ciência Econômica se restringe ao pensamento da ortodoxia. Esse pensamento ortodoxo neoconservador da atualidade acredita e se qualifica como sendo o único a utilizar o verdadeiro método do que pode ser chamado de Ciências Econômicas, pois, como *hard science*, representa a fronteira do conhecimento, num processo de superação positiva das controvérsias que existiram no processo de desenvolvimento desta ciência.

Nesta perspectiva, os “economistas” da ortodoxia criticam as medidas de política econômica heterodoxa que objetivem atender ao propósito de gerar emprego, promover melhorias e reformas sociais, possibilitar o desenvolvimento econômico ou promover o equilíbrio no setor externo. Toda medida de política econômica que foge ao receituário do livre-mercado é desqualificada, na linha de que *the road to hell is paved with good intention* ou por meios de expressões pejorativas, como o ditado de ser “populista”.

Esses economistas vulgares, ideólogos da burguesia afirmam ser cientistas e técnicos neutros e imparciais, pois tratam de revelar as leis naturais e universais da economia. Leis supra-históricas e eternas, que não dependem do juízo de valor dos economistas. Acontece que estes “economistas” são treinados e treinam profissionais para atuar como gestores das empresas e das finanças capitalistas, trabalhando para sustentar a ordem burguesa. Sua ciência é ainda um método que procura encobrir que sua Ciência Econômica é um importante instrumento de manipulação e legitimação da supremacia burguesa.

É surpreendente como a corrente predominante da economia incorpora a ideologia e procura ideologicamente encobrir e camuflar os conflitos de interesses das classes, dos indivíduos, dos países, na afirmação da sua chamada Ciência Econômica. A teoria econômica do *mainstream* advoga utilizar como fundamento os significados de uma economia positiva (obter leis científicas, ou seja, análise econômica realizada por um cientista imparcial, sem qualquer contaminação de posição ética ou ideológica), deixando para a economia normativa as discussões de critérios sobre o que deve ser, isto é, as recomendações de política econômica; estas, sim, impregnadas de juízos de valor.

Porém, esse método da **ciência** trata de apresentar uma realidade superficial, da aparência, de uma falsa realidade. Se o trabalho de pesquisa da “**ciência econômica**” se resumisse a este método, ou seja, se essa **aparência** e a sua **essência** se confundissem, o estudo da nossa ciência seria supérflua. **Não** havendo diferença entre **aparência** e **essência**, **não** haveria necessidade de tanto estudo e investigação no desenvolvimento da “**ciência**”.

Essa é uma questão que somente a dialética revela, ao reproduzir e mostrar como se processa esse movimento contraditório, pelo qual algo se apresenta como o inverso do que na realidade é. Somente por meio da dialética pode-se perceber que por trás da aparente diversidade das coisas, pela aparente neutralidade científica da ortodoxia oculta-se o seu oposto, ou seja, a sua essência, a defesa ideológica do capital.

Nessa perspectiva, os que acreditam tratar imparcialmente a aparência da realidade econômica, os “economistas” da dita “Ciência Econômica” ortodoxa, que não tratam de questões de juízo de valor, na realidade, camuflam os

interesses em jogo e encobrem os conflitos de interesses, contrapondo-se à economia política crítica, que defende leis historicamente determinadas e leis próprias de cada forma de organização social.

A macroeconomia do *mainstream* revela como principal objetivo da política econômica a estabilidade de preços, porque defende ser essa política de estabilidade dos preços o elemento fundamental do desenvolvimento econômico e da prosperidade. A realidade dialética do movimento contraditório da economia, pelo qual algo se apresenta como o inverso do que na realidade é, pode ser compreendida quando da utilização da política macroeconômica que prioriza o combate à inflação via Banco Central independente.

Nessa linha da aparência, os neoliberais passam a disseminar que a inflação é o inimigo principal a ser combatido e que quanto mais baixa for a taxa de inflação, melhor será o funcionamento da economia e o crescimento econômico. Nos países emergentes e em desenvolvimento, que apresentam um histórico de elevadas taxas inflacionárias, essa medida de política econômica torna-se ainda mais urgente e fundamental para possibilitar a arrancada do crescimento.

Contudo, nesse período neoliberal ocorreu um domínio de teóricos das finanças, os economistas financeiros, desenvolvendo com elegância e aparente utilidade novas teorias que levaram seus criadores a receberem uma sequência de prêmios *Nobel*. A ciência econômica se restringiu a ser mera administração de negócios, possibilitando o desenvolvimento da economia do “cassino”, onde a atividade produtiva é relegada ao segundo plano em benefício das aplicações financeiras. Aplicações estas que são altamente prejudicadas pelas elevadas taxas de inflação.

A explicação neoliberal, todavia, tinha no investimento o elemento fundamental do crescimento econômico. Na sequência do seu argumento, os neoliberais colocam que a existência de uma economia estável é o pré-requisito para a realização de investimentos que possibilitam o crescimento. Desse modo, o objetivo principal da política econômica a ser perseguido deve ser uma meta de inflação baixíssima, tendendo a zero, pois, quanto mais baixa a inflação, maior será o crescimento do país.

Os brasileiros sabem como ninguém como a inflação representa uma espécie de roubo, uma tributação camuflada, um imposto compulsório que

penaliza justamente os indivíduos que têm renda fixa, como os assalariados, os pensionistas, os aposentados, ou seja, justamente os grupos mais vulneráveis da população. Diante desta questão, os neoliberais aparecem como “economistas” imparciais, competentes, na defesa do interesse do cidadão, ao fazer um alarde sobre a questão da inflação e propor como objetivo principal e essencial a política de metas de inflação.

A defesa dessa medida de combate à inflação encobre quem serão os principais ganhadores e os que sairão perdendo. Na essência, em primeiro lugar, escondem as perdas que a inflação causa ao pessoal da “bufunfa” e aos que vivem das aplicações financeiras com rendimentos fixos, nesses tempos de domínio do capital financeiro

Uma baixa inflação é uma dádiva dos deuses para os aplicadores; e a política monetária de juros elevados dos conservadores representa ganhos extraordinários para os que vivem da ciranda financeira.

O movimento contraditório aparece ao revelar que a política econômica que leva à inflação baixa é benéfica para os agentes econômicos que têm renda fixa ou que estão empregados, preservando e protegendo sua renda do assalto inflacionário; é somente a aparência, pois o objetivo e sua essência são atender ao “mercado”, melhorando e protegendo os ganhos dos grandes aplicadores financeiros. Esse ganho do capital financeiro fica sem ser revelado.

Um segundo ponto é que esses profissionais não mostram as perdas causadas aos indivíduos que necessitam viver do trabalho, pois, embora a inflação baixa beneficie esses agentes econômicos que estão empregados, reduzem seus ganhos futuros e ainda impedem um crescimento do nível de emprego. Uma economia que objetive o combate à inflação terá conseqüentemente baixo nível de crescimento econômico, que redundará na perspectiva de uma reduzidíssima melhoria salarial e em um baixo crescimento do nível de emprego, tanto para os desempregados quanto para os que estão chegando pela primeira vez ao mercado de trabalho.

Essa perspectiva está em Ha-Joon Chang (2009), que revela como a política de manutenção da estabilidade dos preços nos países emergentes tem sido realizada via políticas de disciplina monetária por parte do Banco Central (Banco Central independente, com o único objetivo de controlar a inflação) e pela política de prudência

financeira nos gastos do governo (orçamento equilibrado, pois os *deficits* orçamentários geram inflação, medida de redução dos gastos com saúde e aposentadoria e congelamento dos gastos públicos por habitante). Abandona-se a política de desenvolvimento econômico e crescimento mais alto e uma defesa da taxa de desemprego mais baixo, pois o objetivo é em favor da política de estabilidade de preços, da atração de investimento externo e conquista do *investment grade*.

Política monetária restritiva e política fiscal “responsável” não contribuem para reduzir a magnitude das variações do nível de atividade econômica ou promover o crescimento econômico. Desse modo, o setor público, que deveria sempre agir no oposto da atuação dos agentes econômicos privados, controlando o ciclo dos negócios, exime-se, deixando a dinâmica da economia sob o comando de uma entidade chamada “Mercado” - o “Financeiro”, é lógico. Como resultado, ocorre a redução dos investimentos, que diminuem, conseqüentemente, o crescimento e a geração de postos de trabalho. Assim, novamente aparece a produção do seu oposto; a estabilidade, em vez de atrair os investimentos, cria restrições aos investimentos, ao crescimento econômico e impede uma maior criação de emprego no longo prazo, em favor dos ganhos das aplicações financeiras.

O dogma de que a inflação é ruim para o crescimento é bastante divulgado pelos neoliberais. Todavia, no período do governo militar dos anos 1960 e 1970, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas (média acima de 7%), mesmo num cenário com inflação média alta (taxa de 42%), enquanto que nos anos liberais de combate à inflação essa taxa de inflação apresenta-se baixa (a aparência que representa os ganhos de curto prazo) e o crescimento é medíocre, o que significa 25 anos de atraso (que, na essência, mantém o crescimento da economia brasileira e as oportunidades de emprego reféns da especulação internacional).

A política econômica do governo Lula, de metas de inflação, *superávit* primário e câmbio flutuante, trata-se, na aparência, de uma política virtuosa, mas, na essência, favorece a valorização da propriedade, das ações e investimentos financeiros. Na essência, representa a manutenção do modelo de inserção subordinada ao capital financeiro internacional, de defesa do rentismo mais exacerbado iniciado no governo de Fernando

Henrique Cardoso. É um modelo “neo-dependente-associado” e integrado à globalização financeira, nas palavras de José Carlos de Souza Braga (2009).

A política econômica de metas de inflação do Brasil apresenta uma taxa de juros elevadíssima até em nível internacional, o que viabiliza o ganho do pessoal das finanças. O *superavit* primário garante e desperdiça os recursos públicos arrecadados via elevada taxa de tributação, que ficam reservados em favor da “financeirização”. A taxa de câmbio flutuante garante aos rentistas um ganho na desvalorização do câmbio, outro ganho nas aplicações no mercado financeiro e por meio da compra de ativos brasileiros desvalorizados.

A badalada recuperação em meio à crise econômica celebra o sucesso da aparência, pois a política econômica brasileira tem como essência a transferência dos ganhos de renda para os setores financeiros e para os mais ricos, mantendo o Brasil na elite dos maiores pagadores de juros reais do mundo. Para um país que continua espantosamente desigual (essência), esse modelo trabalha em favor do atraso (essência), com um crescimento baseado na produção e exportação de *commodities*, eternizando a vergonhosa e inaceitável desigualdade.

Essa essência é sempre camuflada, pois é muito fácil qualquer um perceber a falsa realidade, a chamada apreciação. A sociedade brasileira nos últimos 30 anos estava acostumada com baixo crescimento econômico, hiperinflação, e sem política social. O reduzido avanço acontecido durante o governo Lula não tirou o Brasil do grupo dos dez países mais desiguais no mundo, no último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Como afirma Mino Carta (2009, p. 20), em crítica à imprensa conservadora que não para de criticar o governo Lula:

O tempo passa, e o pessoal não arreda pé do seu ideário. Ninguém se queixa se o monstruoso desequilíbrio social permanece e se o governo Lula fez pouco para avançar na direção de uma igualdade, indispensável, aliás, à realização de capitalismo sadio e regrado [...].

A política econômica heterodoxa na periferia é acusada de “populista” e de propor medidas ineficientes, de sempre levar a fins contrários aos pretendidos; e, dessa maneira, os neoliberais podem afirmar que: “o inferno está cheio de boas

intenções”. Porém, a política econômica ortodoxa neoliberal, que já é prejudicial quando aplicada nos países desenvolvidos, em que seus cidadãos possuem um *Welfare State*, torna ainda mais nociva sua aplicação nos países da periferia.

A política econômica “neutra”, “técnica” e “isenta” dos neoliberais tem servido aos interesses das elites financeiras e aos interesses ligados ao exterior, agravando os vários defeitos congênitos da sociedade brasileira. Nessa linha, eleva e produz no Brasil o **próprio inferno**, dissemina a **barbárie**, como se percebe no noticiário cotidiano da grande mídia, pelo agravamento, ano a ano, desta guerra civil que faz parte hoje em dia do cotidiano não só das grandes cidades do Brasil.

Nesse processo de construção do **próprio inferno**, a violência continua a crescer - como apontam os números referentes ao aumento da violência em praticamente todas as variações de crime que ocorrem não somente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nessas metrópoles, a população vive assustada e o maior medo da maioria das grandes cidades é ser atingida por uma bala perdida. Entretanto, essa violência é registrada e se repete em outras metrópoles e capitais do país, e cada vez mais se dissemina pelas cidades do interior do Brasil.

Produz o **próprio inferno**, por manter as enormes desigualdades sociais e de riqueza - características dessa sociedade brasileira. Em nome do combate à inflação, produz-se um fenômeno que favorece o capital financeiro e aumenta as desigualdades. Continua produzindo, de um lado, uma minoria privilegiada e, no outro extremo, que é grande maioria, produz miséria, exclusão social, injustiça e fome, que impedem a superação do subdesenvolvimento e da pobreza.

Nessa realidade, a teoria econômica ortodoxa especializou-se em uma construção ilusória de teoria, encobrindo a lógica predominante de maximização do lucro financeiro e a procura por mais dinheiro. Usar dinheiro para ganhar mais dinheiro, para e pelos que já possuem bastante dinheiro, sem impulsionar o processo de desenvolvimento econômico. Nesse quadro, os custos desse processo são repassados e externalizados para ser pago pelo Estado e pelo público em geral, via tributação elevada.

Na sociedade brasileira, os economistas do *mainstream* trabalham para produzir o **próprio inferno**, porque, não satisfeitos com o domínio e controle dessa elevada parte do excedente que o

setor público destina ao setor financeiro, ainda procura avançar na fatia que o Estado busca destinar ao gasto social. A ortodoxia também realiza um feroz combate aos gastos da previdência, gastos com saúde e com educação e todo gasto que é realizado em benefício dos indivíduos mais carentes.

Os economistas do *mainstream* reproduzem uma ciência econômica como mera administração de negócios e, desse modo, trabalham para produzir o **próprio inferno**. Negam a tradição da economia em ciência social, mas sua teoria e suas ações de política econômica afetam desigualmente os diferentes grupos sociais, privilegiando os interesses do setor e dos lucros financeiros em detrimento do investimento produtivo, do desenvolvimento econômico, dos interesses do bem-estar social e dos interesses dos trabalhadores e da população brasileira em geral.

Mesmo diante dessa realidade que produz o **próprio inferno**, os intelectuais liberais e a grande mídia, utilizando um misto de estupidez e cinismo, não se cansam de atacar o Estado, falam de privilégios nas conquistas da classe trabalhadora e, mais ainda, sobre os abundantes direitos dos funcionários públicos. Tudo é “Custo Brasil”. A política e a prática de lavagem cerebral, via modernos meios de comunicação, ataca constantemente a ineficiência da administração pública, o peso excessivo do Estado e os “privilégios dos funcionários públicos”, a elevada carga tributária. Apresentam ainda esses funcionários do governo como absenteístas, ineficientes e inúteis, propondo a redução nos gastos de custeio.

Na construção do **próprio inferno**, os intelectuais, apoiados pela grande mídia, impressionam pelo cinismo de realizar uma política que eleva as mordomias e vantagens fabulosas dos altos dirigentes das grandes empresas financeiras e de determinados executivos do mercado financeiro, que ganham fortunas em remuneração e benefícios. No Brasil, a “roda da fortuna” alavancou e alavanca a carreira e os negócios de ex-dirigentes do Banco Central do Brasil (BACEN) no setor financeiro; e a nossa grande mídia se cala a respeito desse escabroso assunto.

A lista desses **ultraprivilegiados** também é composta por seus intelectuais orgânicos e pelos jornalistas regamente pagos por seus trabalhos de iludir a opinião pública. Muitos desses profissionais a serviço do capital são chamados a participar de



conselho de administração ou conselho fiscal das empresas. Todo esse pessoal a serviço do capital financeiro apresenta um estilo de vida de exuberância e luxo, recebendo salários extravagantes, suculentos jetons, fatura de brindes nas folgas; recebem, ainda, aposentadorias suntuosas; ganham vantagens diversas em gêneros e em abundância, muitas das vezes pela via da sonegação fiscal legal e até pela via ilegal, etc. (BITOUN, 2008).

Esse grupo de **verdadeiros privilegiados**, ou melhor, **ultraprivilegiados**, recebe um tratamento da mídia de singular admiração. Por outro lado, a mesma mídia guarda um preconceito vingativo contra qualquer funcionário público que ouse apresentar um padrão de remuneração mais elevado e, também, contra os gastos do Estado, quando este procura combater os efeitos nocivos da política monetária na construção do **próprio inferno**.

O traço característico da aplicação da teoria econômica ortodoxa de combate à inflação tem sido elevar a sua enorme capacidade de mostrar

como sendo natural e imutável aquilo que é socialmente constituído. Usam sua teoria econômica como grupo para defender seus interesses a partir de pesquisas científicas. Enquanto se prega a neutralidade, encobre-se o capital financeiro, saqueia-se o Estado, via mercado financeiro de títulos de dívida. Por outro lado, o discurso predominante prega que as elevadas dívidas dos Estados dizem respeito ao esbanjamento do Estado com os gastos na área de custeio e social.

Assim, com afirma Sayad (1999, p. 19), a aplicação dessa política procura

[...] construir um país à imagem e semelhança que temos dos países metropolitanos e centrais, reproduzindo aqui os problemas de desemprego, conflitos raciais e vazios da vida. Além deste projeto de – modernização – ser um projeto de realização duvidosa, nós, a pátria, deveríamos refletir se este projeto reflete mesmo nossos anseios autênticos sobre o país em que queremos viver ●

Referências

- BITOUN, P. **Os verdadeiros marajás**. Disponível em <<http://dipl.o.ul.com.br/2002-03,a254>>. Acesso em: 19 fev. 2008.
- BRAGA, José Carlos de Souza. **Política cambial é homicida**. Entrevista do Prof. José Carlos Braga ao Instituto Humanitas Unisinos, publicado na Revista IHU On-Line, em 24/08. <<http://www.centroelsfurtado.org.br/index.php?cat=1&lg=pt>>. Acesso em: 02 out. 2009.
- CARTA, Mino. Aglória e a infâmia Honduras: o Brasil de Lula ganha o aplauso do mundo e a megalomania condenação da mídia nativa. **Carta Capital**, São Paulo, a. XV, n. 566, 7 de outubro de 2009, p. 20.
- CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Tradução Celina Martins Ramalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SAYAD, J. **Que país é este?** Rio de Janeiro: Renavan, 1999.

***Professor Adjunto da UFPI, Chefe do Departamento de Ciências Econômicas e Mestre em Economia pelo CAENUFC.**

AS IDEIAS LIBERAIS NO BRASIL COLONIAL E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1824*

por Zilneide O. Ferreira**

Ao longo da história, as sociedades foram se transformando, conforme as realidades e as novas necessidades sociais que foram surgindo, e, com elas, modificaram-se também as ideias. Uma das últimas grandes transformações que revolucionaram o mundo foram as ideias racionais do iluminismo (centradas no indivíduo e em seu bem-estar), no século XVIII, que modificaram os sistemas econômico, político e social, então vigentes na grande maioria dos países.

Os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil no século XIX, como a independência do Brasil de Portugal e a Proclamação da República, por exemplo, parecem ser reflexos das ideias que dominavam o campo intelectual europeu no século anterior. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar quais eram as ideias liberais da época, como as mesmas chegaram à Colônia e qual sua influência na primeira Constituição brasileira.

Destarte, o recorte temporal deste trabalho compreende o período entre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, e a primeira Constituição política do Brasil, em 1824.

Este estudo se justifica pelo fato de as ideias, não só no Brasil como no mundo, estarem em constante desenvolvimento ao longo da história do homem, transformando a vida social, política e econômica, e também por ser um processo que, com certeza, não chegou ao seu fim, posto não ser assunto esgotado.

Na Europa Ocidental, o século XVIII foi marcado por um mercantilismo decadente e pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Ademais, sob a ótica da burguesia industrial, a intervenção do estado era considerada um entrave ao crescimento da economia. O Antigo Regime, caracterizado pelo absolutismo, mercantilismo, capitalismo comercial e sociedade